

A “ESQUERDA” DO PT E A “DIREITA” DO PSDB: AS FORMAS DE ADMINISTRAR O GRANDE CAPITAL NO BRASIL

Alexsandro Griebeler
Edina Rautenberg
Régis Petry

Ao analisar a política brasileira hoje e a atual conformação/composição dos partidos políticos, percebemos que falar em “esquerda” e “direita” no atual contexto é praticamente impossível, já que a “esquerda” é recheada por elementos dirigentes do capital. É só analisarmos o primeiro escalão do aparelho de Estado para percebermos representados diretamente o grande empresariado nacional, em especial o capital industrial, bancário e do agronegócio. Como demonstra Marcelo Badaró Mattos, “basta lembrar a composição do primeiro ministério de Lula da Silva, com Furlan na Indústria e Comércio, Rodrigues na Agricultura e Meirelles no Banco Central” (MATTOS, 2015).

Uma das questões que explicitam a frágil diferenciação entre esquerda e direita é a relação que têm com o neoliberalismo. A direita o pratica de forma extremada, ao exemplo da “privataria tucana” do governo anterior a Lula. A “esquerda” (ou o que um dia foi esquerda), agora no poder, o pratica de forma moderada, aplicando medidas compensatórias numa tentativa de equilibrar a balança social no país.

Isto não quer dizer que não há esquerda no Brasil, mas como descrito anteriormente, o elemento que justifica a fragilidade dessa esquerda, tem sido, muitas vezes, a sua relação com o neoliberalismo em termos gerais. Afinal, a associação em dois polos distintos está associada a uma antiga posição do PT como efetivo elemento de contestação. Autores como Eurelino Coelho (2012) e Gelsom Rozentino de Almeida (2011), demonstram o processo de transformismo desencadeado por determinadas lideranças e correntes políticas dentro do PT, que acabou por converter um partido voltado e formado para os trabalhadores, em desorganizadores políticos da classe trabalhadora. Aquele Partido dos Trabalhadores, formado como resultado das lutas contra a ditadura militar brasileira, que criticava a burocratização do Estado, o modelo econômico centralizado e assumia uma posição anticapitalista e um projeto socialista, foi aos poucos se tornando “uma esquerda para o capital”. Esta transformação possibilitou, inclusive, a eleição de Lula da Silva em 2001, cujas posições individuais foram se modificando de modo a atender aos interesses do empresariado brasileiro que, enfim, apoiou a sua eleição. Arelada ao capital, a proposta desta “nova esquerda” não era mais a superação do capitalismo, mas sim “a conformação de um capitalismo organizado, com distribuição de renda e ampliação da participação popular na definição de políticas públicas” (COELHO, 2012, p.338). Também propunha um novo ciclo de desenvolvimento, com o qual atraía a simpatia dos trabalhadores (interessados na ampliação da oferta de emprego) e dos setores burgueses.

No entanto, no atual contexto, estas formas de vinculação do PT ao neoliberalismo têm dificultado tanto a distribuição de renda quanto o desenvolvimento econômico brasileiro, tendo em vista a dita crise pela qual passa o capitalismo e a incapacidade do partido de manter o nível de acumulação. Isto tem gerado constantes manifestações de descontentamento, que associam à liderança máxima do partido, as origens dos problemas. A crise econômica levou também a uma crise política, frente à dificuldade de conter os conflitos. No entanto, não vemos essa crise política como forte suficiente para fragilizar o sistema neoliberal, mas em termos de governabilidade ela fragilizou o governo petista. Como demonstrou Marcelo Badaró Mattos, os representantes do grande capital continuam

a lucrar mesmo com a crise: o agronegócio e os demais exportadores de commodities estão ganhando com o câmbio depreciado; os bancos continuam a lucrar com os juros altos e as taxas elevadas; a burguesia produtiva nacional tem lucrado diminuindo os direitos dos trabalhadores e fazendo avançar a insegurança estrutural do mercado de trabalho (terceirizações, alta rotatividade, salários baixos, etc.); o grande capital internacional tem lucrado com as privatizações de aeroportos, da Caixa Econômica Federal e, tudo indica, da própria Petrobrás. Segundo Mattos, a crise política e econômica tem facilitado a “ação de rapina do grande capital”, que “se despe de todas as máscaras de sustentabilidade social” e amplia a expropriação direta dos trabalhadores (inclusive dos seus direitos) e facilita a ampliação da exploração (MATTOS, 2015). Portanto, se existe alguma crise, é para as classes trabalhadoras, já que a dita “esquerda” permanece garantindo “o caminho livre para a ofensiva do capital” (MATTOS, 2015).

Frente ao fato de o PT também ser servo do capital e das grandes empresas, vemos que ele não representa a esquerda no Brasil, pois ao contrário de se voltar aos interesses populares faz o mesmo que a direita faz e sempre fez no país. cremos que Organizar um movimento que freie o avanço da destruição dos “ganhos sociais” e promova uma ruptura política e econômica no Brasil torna-se essencial. E para isso, acreditamos que informação e conhecimento são as nossas maiores armas de luta.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. **História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989.** Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998).** São Paulo: Xamã; Faria de Santana: UEFS Editora, 2012.

MATTOS, Marcelo Badaró. Formas de dominação e exploração do trabalho: notas sobre um aspecto (central) da crise brasileira. In: **Blog Convergência.** Postado em 20 de abril de 2015. Disponível em: <http://blogconvergencia.org/?p=4367>. Consulta realizada em 28/07/2015.

JORNADAS DE 2013 x MANIFESTAÇÕES DE 2015. O QUE MUDOU?

Matheus Augusto Schlachta
Sara Munique Noal

Nos últimos anos o país vivenciou uma série de manifestações que começaram ainda em 2013 e se estendem até a atualidade. Podemos dividir essas reivindicações em dois momentos, as Jornadas de Junho de 2013 e as Manifestações de Março e Abril de 2015. Olhando de fora, pelo número de participantes e pelas diversas cidades em que aconteceram tais movimentos, nos parece que a última manifestação realizada em 15 de Março (igualmente com outras realizadas neste ano com o mesmo caráter), é uma continuidade das iniciadas em Junho de 2013. Mas será que isso é verdade? Será que as reivindicações e as classes participantes são as mesmas? Para respondermos essas questões é necessário uma análise dos dois momentos históricos e os motivos que levaram a tais acontecimentos.

As Jornadas de Junho de 2013 tiveram início com o Movimento Passe Livre – MPL, organização que surgiu em diversas cidades e que tinha como reivindicação principal o transporte público gratuito ou barateado. No início de Junho, São Paulo aumentou em 20 centavos o valor de todos os passes, onerando ainda mais os trabalhadores e estudantes que dependem deste transporte diariamente. Em um primeiro momento o movimento foi criminalizado, afirmando-se que não era necessário todo aquele “alvorço” por 20 centavos, e “ícones” da opinião como Arnaldo Jabor deslegitimaram o movimento de tal forma, que a insatisfação da população com o governo fosse vista como uma (pura e simplesmente) “baderna”.

A medida que as manifestações foram tomando corpo e aumentando o contingente de descontentes, o lema “Não é por centavos é por direitos” passou a dar o tom das disputas e a pauta se ampliou. Pedidos de melhorias na saúde, educação, moradia, transporte, o fim da corrupção no país, se tornaram constantes nas ruas e avenidas de grande parte das cidades do Brasil, e até cidades pequenas, como Marechal Cândido Rondon, tiveram dois, três protestos durante este mês. A adesão da população cresceu e a grande mídia tradicional se viu obrigada a mudar o discurso, passando a separar a “manifestação pacífica” da “baderneiros” (rotulação que poderia ser manipulada e colocada em qualquer um, atendendo aos interesses dos produtores).

Mas quem estava a frente disto? Quem eram os participantes? Primeiramente o MPL se manteve a frente, mas com o alastramento dos protestos por todo o país isso não foi mais possível, principalmente pelo fato de que em muitas cidades brasileiras não existe esta organização. Alguns partidos até tentaram tomar a frente das manifestações, mas os gritos de “sem partido” não permitiram isto. Essa frase foi tema de grandes disputas entre os manifestantes, pois se confundia a ideia de um movimento apartidário com a ideia de um movimento anti-partidário, de caráter fascista. Essa visão de movimento anti-partidário foi construída pela mídia que como já vimos, tentou manipular o caráter das manifestações.

Esse fato também ocorreu por ser um movimento pluriclassista, ou seja, contou com a participação de vários segmentos da sociedade, classe trabalhadora, classe média, burguesia, e teve também um grande contingente de estudantes, tornando as Jornadas de Junho um movimento heterogêneo em todos os sentidos.

Já as manifestações de Março e Abril de 2015 se iniciaram, primeiramente, pelo descontentamento com o resultado do segundo turno das eleições de 2014 para a presidência da república, na qual estavam em disputa Aécio – PSDB e Dilma PT. A pequena diferença de votos que elegeu, pela segunda vez, a presidente Dilma Rousseff

gerou uma onda de descontentamentos em todo o país, principalmente no estado do sul e sudeste, localidades com maioria votantes do candidato Aécio.

A maior reivindicação deste protesto foi a saída da presidente Dilma do cargo através do Impeachment, que ficou conhecido como “Fora Dilma”. Além disso, eles pediam a cassação dos políticos ligados ao Partido dos Trabalhadores e, um grupo mais radical, a intervenção militar.

Diferente das jornadas de 2013, este movimento contou com a direção de organizações como “Movimento Brasil Livre”, “Revoltados Online”, “Fora Dilma”, entre outros. Vestidos, na grande maioria, de verde e amarelo (“lutando” contra a corrupção com camisetas da CBF), o público mais presente neste movimento eram a classe dominante, como grandes empresários, latifundiários e grandes comerciantes das principais capitais do país.

Como um dos exemplos da grande diferença que existe entre estes dois movimentos, temos o comportamento dos policiais nas duas manifestações. Na primeira, de caráter popular, onde se reivindicavam melhores condições de vida para as classes baixas a polícia interviu de forma violenta, agredindo os manifestantes com bombas, gás e cassetetes. Na segunda, com caráter dominante, a polícia seguiu apenas escoltando os manifestantes, como uma proteção a possíveis ataques externos.

A partir destas análises podemos responder as questões feitas anteriormente, as manifestações de 2015 não são uma continuação do que aconteceu em 2013, pelo contrario, eles reivindicavam coisas totalmente diferentes e também para setores diferentes da sociedade. Embora as manifestações de 2013 não tiveram uma perfeita definição do seu caráter e também eram limitadas enquanto propostas efetivas de transformação econômica, elas tiveram uma maior preocupação com interesses populares, buscando mudanças nas estruturas sociais, enquanto a segunda tendo um viés totalmente de direita estava interessada em acentuar ainda mais a desigualdade social a partir dos seus próprios interesses.

As manifestações de 2015 exemplificam ainda o avanço da “nova direita” no Brasil, sua forma de organização e suas pautas. Infelizmente, no que concerne ao ultimo movimento, vimos muitos integrantes da classe trabalhadora incorporando uma pauta que não era sua. Neste sentido, exemplificar este movimento em sua organicidade se torna cada vez mais necessário.

Referencias

<http://blogjunho.com.br/estado-democracia-e-resistencias-as-jornadas-de-junho/>

<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/04/11/movimentos-vaio-as-ruas-defender-fora-dilma-meta-e-atingir-400-cidades.htm>

<http://www.cartacapital.com.br/politica/a-marcha-do-mbl-megalomania-e-o-fiasco-do-impeachment-6557.html>

A NOVA DIREITA NO BRASIL: QUEM SÃO E O QUE DEFENDEM?

Edgar Smiderle
Isabel Grassioli
Nicole Ponestk

Atualmente se tornaram comuns discussões políticas acaloradas entre os jovens por meio das redes sociais. O que antigamente parecia ser coisa de pessoas mais velhas e ignorada pelos jovens (que afirmavam que política era um assunto “chato” e não merecia ser discutido), passou a ser utilizada pelos jovens e a partir de instrumentos considerados essenciais por essa juventude. Ao dar uma olhadinha nas redes sociais e nos noticiários de televisão, fica evidente que as práticas mudaram.

A título de exemplo, temos as manifestações do dia 15 de março e 12 de abril de 2015, onde alguns jovens em meio as manifestações pediam, entre outras coisas, a volta da ditadura militar e o fim da “ditadura gayzista do PT”, sendo aparentemente de comum acordo entre a maioria dos manifestantes ali presentes, a necessidade fundamental da defesa da propriedade privada e da meritocracia. Em nome dessas bandeiras protestaram contra a corrupção de uma maneira ampla e simplificada, reduzindo todos os problemas sociais enfrentados a esta questão.

O período de crise econômica e de crise de legitimidade do governo Dilma-PT, gerou um período de insatisfações e de manifestações em todo o Brasil. A adrenalina do momento, na qual vários jovens, pela primeira vez, participavam de manifestações populares, fez os movimentos de direita acelerarem a disputa de espaço ideológico entre esses novos sujeitos políticos. Além de se apropriarem de manifestações de rua, um espaço historicamente ocupado pela esquerda¹ e pelos movimentos sociais populares, a “nova direita” tem se utilizado principalmente das tecnologias e dos meios de comunicação online, aonde vem disseminando seu posicionamento através das redes sociais (blogs, Facebook, Instagram, Twitter, sites etc.), grandes eventos, palestras e com uma roupagem nova para os mesmos ideais tradicionais.

Em meio a milhares de brasileiros insatisfeitos e de diferentes organizações da sociedade civil, vemos grupos como: Movimento Brasil Livre (MBL) fundado por Fábio Ostermam e reconhecido pela figura de Kim Kataguirí; Movimento Contra a Corrupção (MCC) ligada ao Folha Política; e, personalidades como Danilo Gentili; Jair Bolsonaro²; Marco Feliciano³; Olavo de Carvalho, administrador do blog Mídia Sem Máscara (MSM); o cantor Lobão; páginas no facebook como Anonymous Brasil; Orgulho de ser Hetero; Revista Veja (online); Revoltados Online; Bolsonaro Zuero; TV Revolta (Youtube) entre muitos outros, que apareceram no cenário brasileiro como as principais organizações, lideranças e micro lideranças, emergentes da nova direita brasileira.

No entanto, ao contrário da direita conservadora tradicional, existe, por parte de uma fração dessa nova direita, setores que defendem a necessidade de uma mudança de opinião no que diz respeito à liberdade sexual, à discussão acerca da legalidade das drogas e do direito das mulheres, pautas que originalmente estiveram relacionadas aos movimentos de esquerda, mas que, de forma articulada, foram apropriadas e utilizadas em nome da liberdade do indivíduo e da propriedade privada.

¹ A exemplo disso as greves operárias do início do século 20, conquistas dos movimentos trabalhista como direito a 13º salário, férias, seguro desemprego, entre outros. As Diretas Já em 1984 que pediam eleições diretas para presidente. Mais recentemente as Jornadas de Junho de 2013 cujas primeiras e principais pautas estavam relacionadas às demandas sociais.

² Deputado federal pelo Partido Progressista (PP) Rio de Janeiro.

³ Pastor Marco Feliciano, deputado federal pelo Partido Social Cristão (PSC) São Paulo.

Uma nova direita que acredita que “o corpo [seja] a primeira propriedade privada que temos [e que] cabe a cada um de nós decidir o que quer fazer com ele⁴”, como disse Glória Alvares no Fórum Liberdade em junho deste ano. É em meio a esse quadro que emergiram blogueiros, apresentadores de TV, músicos e novos sujeitos como ídolos da direita brasileira e como detentores de “verdades absolutas” capazes de convencer um número significativo de pessoas em nome de velhas bandeiras.

Esses grupos, apesar de se apresentarem como nova alternativa para a juventude brasileira, com discurso de que “é preciso mudar e acabar com a corrupção!”, são os mesmos grupos que na realidade atuam contra as pequenas mudanças conquistadas na sociedade brasileira. São heterogêneos em seu discurso político, mas compartilham da necessidade de manutenção do *status quo* e da ideologia dominante e, em função disso, se utilizam do antipetismo e da promoção do ódio ao PT e a presidenta Dilma como uma forma indireta para atacar os movimentos sociais e suas demandas apesar deste governo servir aos mesmos interesses do capital e das classes dominantes.

Bibliografia

AMARAL. Marina. **A nova roupa da direita**. 23 de julho de 2015. Disponível em <<http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>.

AUGUSTO. André Guimarães. **O que está em jogo no “Mais Mises menos Marx”**. Disponível em: <<http://marxismo21.org/>> Acessado 20.04.15.

VIANA. Natalia. **A direita abraça a rede**. 22 de julho de 2015. Disponível em <<http://apublica.org/2015/06/a-direita-abraca-a-rede/>>.

Sites utilizados:

Movimento Brasil Livre. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/mblivre?ref=ts&fref=ts>> Acesso em 06.08.2015;

Movimento Contra Corrupção. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/MovimentoContraCorrupcao?ref=ts&fref=ts>> Acesso em 06.08.2015;

Revoltados Online. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/revoltadosonline?ref=ts&fref=ts>> Acesso em 06.08.2015.

⁴AMARAL. Marina. **A nova roupa da direita**. 23 de julho de 2015. Disponível em <<http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>

AS REDES SOCIAIS E O PODER DA MOBILIZAÇÃO

Irio Junior Bernich
Milena Strassburger

As redes sociais criaram novas possibilidades para além das simples conexões sociais, elas tem se mostrado poderosas ferramentas de organização políticas na sociedade. Como demonstra Leonardo Sakamoto,

Essas tecnologias de comunicação não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua através de uma dessas redes, não esta simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos poucos, altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação social (SAKAMOTO, 2013, p.93).

Não há novidade alguma no fato de um grupo de pessoas se reunirem para reivindicar algo, lutar por uma causa. A novidade esta na forma como isso vem acontecendo. Se antes era na praça, no espaço publico ou mesmo em um ambiente privado que se realizavam debates sobre o método de agir, de organizar estas mobilizações, agora a internet passou a ser um importante instrumento. A internet muda em alguns aspectos a maneira da sociedade atuar na organização, mostrando uma nova possibilidade organizativa, ajudando a ampliar as possibilidades do envolvimento popular.

Alguns importantes acontecimentos mundiais tiveram uma intensa participação das redes sociais. Por exemplo, contra as ditaduras de *Zine El Abidine Ben Ali na Tunísia; Hosni Mubarak no Egito; Muammar Gaddafi na Líbia, entre outros* no mundo Árabe, que eclodiu no fim de 2010 e, contra o fechamento de liberdade de expressão. [...] “*As redes sociais (o facebook em especial) permitiu grupos que eram opostos, na maioria dos casos vários grupos que eram rivais, se unirem para derrubar esse ditador e depois para cada país uma solução diferente (...).*”⁵

A imagem do jovem tunisiano, Mohamed Bouazizi que ateou fogo no próprio corpo, como forma de protesto contra a má condição de vida, percorreu e chocou o mundo todo, através das redes sociais. A massa revoltada diante da situação fez uso das novas tecnologias e das redes sociais, através do uso de telefones celulares, mensagens de texto, redes sociais e da internet para convocar o povo às ruas e juntos protestarem contra o governo. O Twitter foi usado para marcar encontros pela população, para a disseminação de informações sobre o protesto. O Facebook foi utilizado para debates, divulgação de locais e hora dos protestos, compartilhando em tempo real fotos e vídeos em meio as manifestações, contribuindo assim, para uma melhor organização.⁶

Aqui no Brasil, pôde-se observar que em 2013, milhares de pessoas se manifestaram. Jovens, adultos, estudantes, empresários, donas de casa, pessoas tão diferentes e unidas! Não estavam lutando apenas pelos R\$0,20 do aumento da passagem do ônibus, mas mudanças governamentais, na educação, saúde segurança entre outras tantas. À frente desses movimentos podemos ver como as redes sociais tiveram e têm poder, um poder potencializador orgânico, estabelecendo um espaço onde seus usuários tem uma

⁵ VÍDEO: ANÁLISE DIRETA - "O PODER DA MOBILIZAÇÃO ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS" - CELSO FIGUEIREDO. VISTO EM 04.08.2015 ÀS 14:00.

⁶<http://mundorama.net/2012/11/06/o-papel-das-redes-sociais-na-primavera-arabe-de-2011-implicacoes-para-a-ordem-internacional-por-viviane-brunelly-araujo-tavares/>

certa liberdade, ainda que relativa (para discutir suas ideias sobre assuntos sociais, políticos, econômicos. É limitada e relativa porque não temos o mesmo poder de concorrência que os meios de comunicação de massa, nem capacidade técnica e financeira contra as notícias vinculadas pelas grandes corporações, que possuem verbas para investir em técnicos especializados, tecnologias gráficas e animações, etc.

A internet, neste sentido, sede espaço para discussões que o jornal ou o rádio não possibilitam. As pessoas expõem as suas opiniões, argumentos, ideias e assim proporcionam um diálogo em alguma medida mais franco. Ou seja, mantem um contato direto com outras pessoas sem intermediários, onde compartilham informações capazes de impactar a sociedade.⁷ Porém, a internet apesar de ser amplamente utilizada não conseguiu atingir a maioria da população, essa característica permanece sendo das redes de televisão.

As pessoas criam eventos, convocam seus amigos, compartilham vídeos e fotos e, em decorrência disso, podem surgir uma sequência arrasadora de passeatas, incluindo o grande encontro do dia 17 de junho em 2013, que aconteceu em diversos Estados brasileiros, simultaneamente, resultando em milhares de indivíduos protestando nas ruas.

O que tem em comum entre este movimento no Brasil com outras manifestações no mundo como a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street e os Indignados da Espanha, foram os protestos majoritariamente composto por jovens, convocados por redes sociais, em que a maioria foram ativistas ditos independentes e autônomos, mas não podemos negar a presença de partidos e sindicatos.

As redes sociais estão aí e disponíveis para um grande número de pessoas. Possuem um potencial orgânico e isto já foi demonstrado acima. No entanto, assim como podem ser utilizadas para mobilizar lutas cujos fins pretendem uma melhoria social efetiva, também podem ser utilizados com fim conservadores e reacionários.

As manifestações que ocorreram no Brasil, não foram e não são homogêneas. Existem pessoas que fazem parte de grupos reacionários, se dizendo de direita, que se organizaram em redes sociais para se mobilizar nas ruas reivindicando algumas pautas conservadoras como o impeachment da presidente Dilma, por exemplo. Entretanto, esses grupos conservadores se infiltraram em movimentos que os objetivos são diferentes, fazendo com que a essência das pautas necessárias para um melhoramento da saúde, transporte, educação se percam na imensidão de ideias não favoráveis à maioria da população.

Neste sentido percebe-se que as redes sociais vem desenvolvendo um papel de extrema relevância na atuação e organização desses grupos políticos na realidade. Essas redes também influenciam na formação de opiniões, formando cidadãos politizados com interesse coletivo, porém tem aquelas pessoas que aderem a um movimento sem conhecer ao certo quais as suas pautas e acabam aderindo propostas que conduzirá a um conservadorismo extremo.

Referências Bibliográficas:

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

⁷ Ver mais: <http://blog.raddar.com.br/poder-da-mobilizacao-atraves-das-redes-sociais/>

A FORÇA DAS MANIFESTAÇÕES COLETIVAS

Juliana Bassani
Lucas Blank Fano
Vanessa Evangelista da Rocha

Nos últimos anos um fenômeno que andava meio esquecido⁸ no Brasil voltou a entrar em cena: as mobilizações coletivas. Junho de 2013 pode ser considerado como um marco histórico na luta pelos direitos sociais no país. Naquele ano, manifestações aconteceram em diversas cidades brasileiras⁹.

Apesar da pluralidade das pautas, podemos afirmar que os manifestantes em sua maioria reivindicavam melhorias nos serviços públicos, como educação, saúde e transporte de qualidade. Estes serviços são direitos sociais, fruto das lutas dos trabalhadores e estudantes ao longo do tempo.

Historicamente, as greves e manifestações populares permitem às pessoas reivindicar o que consideram ser direito coletivo. Elas podem assumir diversas formas. Encontramos atos coletivos de protesto em praticamente todos os períodos da história, desde os tempos mais remotos.

As mobilizações podem ser na luta por pequenas demandas, como melhorias em determinado colégio ou hospital, até reivindicações maiores, como garantia do cumprimento de direitos trabalhistas ou mesmo a queda de um governante, por exemplo. Tudo depende da legitimidade social das pautas, da força de mobilização e organização.

Foram as mobilizações dos trabalhadores que tornaram possíveis vários direitos que possuímos hoje, inclusive o direito à própria manifestação e o direito à greve. Tomemos o exemplo do direito de fazer greve.

Todos os trabalhadores podem cruzar os braços e parar a produção como forma de protesto contra alguma medida que tenha desagradado o coletivo ou a favor de alguma melhoria nas condições de trabalho e de vida em sociedade.

Este direito é garantido pela constituição brasileira de 1988, e isso só foi possível a partir das diversas lutas dos movimentos sociais no campo e na cidade.

Estas lutas aconteceram principalmente ao longo das décadas de 1970 e 1980, quando ainda vigorava no país a ditadura militar, que por sua vez havia atacado diversas conquistas trabalhistas anteriores. Os movimentos sociais colocaram-se contra a ditadura durante todo o período em que esteve presente, e ajudaram a pôr um fim nela e preparar o terreno para a democracia. Assim, abriu-se caminho para novas possibilidades e novos campos de discussão política.

Os movimentos sociais ampliaram suas pautas. A tipificação do feminicídio como crime hediondo, o Pacto nacional de enfrentamento da violência contra a mulher, foi uma conquista nos direitos das mulheres que há muito vinha sendo reivindicada por grupos feministas em prol da redução da violência de gênero, trazendo à tona a necessidade de políticas públicas de atenção e prevenção às vítimas de violência.

Podemos também citar o Movimento Passe Livre, que luta há quase uma década por um transporte público, gratuito e de qualidade. Nas manifestações de junho de 2013

⁸ Lembrando que os *esquecimentos* coletivos não são “naturais”, mas resultados de processos ativos de ocultação ou distorção de memórias no meio social. (POLLAK, 1989).

⁹ Aqui em Marechal Cândido Rondon, por exemplo, cerca de duas mil pessoas ocuparam as ruas centrais da cidade para reivindicar direitos, como saúde e educação de qualidade. Alguns meios de comunicação locais realizaram a cobertura na época, como o sítio eletrônico “Aqui Agora”: <http://aquiagora.net/noticias/ver/34866/>

conseguiram barrar o projeto que previa o aumento das passagens de ônibus através da mobilização e organização.

Nos dias de hoje o acesso a informação e as mídias fez com que se tornassem mais abrangentes essas discussões e a organização dos movimentos, com o uso das redes sociais é possível encontrar pensamentos em comum e nos mobilizarmos em determinadas causas para que se discuta e problematize questões que nos afetam, e como podemos fazer para mudá-las.

É a partir das lutas cotidianas que nós, estudantes e trabalhadores, conseguiremos defender nossos direitos, discutir nossas demandas e avançar na construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

Seja no local de trabalho, no bairro onde você mora, no espaço onde você estuda, o importante é sempre refletir e debater com os colegas possíveis demandas que sejam importantes para o coletivo do qual você faz parte.